



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210  
anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de  
Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da  
Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início  
da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de  
Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição  
Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80  
anos da criação do Ministério da Aeronáutica.**

**ANO 2021**

**Julho**

**Nº 380**

## **LA VILLA DE SAN GABRIEL DEL BATOVI**

Luiz Ernani Caminha Giorgis<sup>1</sup>

### **Introdução**

**E**m 1492, Cristóvão Colombo chegou ao território que é hoje a América Central. Dois anos depois Portugal e Espanha celebraram o Tratado de Tordesilhas dividindo o mundo em duas partes através de um meridiano e destinando as terras a serem descobertas a cada um dos dois reinos conforme a linha desse Tratado. A oeste, Espanha; a leste, Portugal.

Em função disso, o atual território do Rio Grande do Sul (RS) ficou do lado espanhol. Esta situação perdurou até 1580, quando Portugal ficou pertencendo à Espanha por força da União das Coroas Ibéricas, situação que se prolongou até 1640.

O Brasil foi uma colônia espanhola até este ano, quando reconquistou a sua independência. Voltaram, portanto, os dispositivos do Tratado de Tordesilhas e sua validade.

Neste período, as fronteiras do meridiano de Tordesilhas foram rompidas pelos colonos, bandeirantes, entradeiros, agricultores, mineradores, vaqueiros, contrabandistas, preadores de indígenas, religiosos, etc. e os portugueses passaram a marcar sua presença nas terras a oeste de Tordesilhas, inclusive no RS.

Em 1680, os lusitanos fundaram a Colônia do Sacramento às margens orientais do Rio da Prata. Com isso, começaram as lutas entre portugueses e espanhóis, o que se prolongou por 121 anos (até 1801).

No território do atual RS predominava a presença indígena, principalmente da grande nação guarani e suas ramificações étnicas, principalmente os charruas e minuanos. Em seguida, buscando a catequização, vieram os padres, cujo predomínio foi da ordem da Companhia de Jesus - os jesuítas.

Faz-se necessário, portanto, por questão de justiça, registrar a presença jesuíta na região que nos interessa, a do Batovi.

<sup>1</sup> Coronel de Infantaria e Estado-Maior Reformado do Exército Brasileiro. Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB/RS).

## Os jesuítas na região do Batovi

Conforme nos mostra o historiador gabrielense Aristóteles Vaz de Carvalho e Silva, a primeira presença humana na região foi a de um posto chamado “Posto de Batovi”, que pertencia à “Estância de São Miguel” fundada pelos jesuítas em 1736<sup>2</sup>.

A Estância de São Miguel pertencia ao grande sistema de reduções jesuíticas estabelecidos no Paraguai e no RS desde o século anterior.

Um ano depois, em 1737, o brigadeiro português José da Silva Paes desembarcou na região da atual Rio Grande e estabeleceu a primeira presença oficial do estado português no RS.

Entretanto, desde o século XVIII, ou até mesmo antes, já coexistiam no RS diversos tipos de gente: indígenas, jesuítas, militares, contrabandistas, coureadores, vaqueiros, caçadores, aventureiros, imigrantes, colonos, tropeiros de gado vacum e de mulas, etc.

## A situação legal entre os dois reinos ibéricos

Desde tempos bem recuados, Portugal e Espanha sempre tiveram em mente os dispositivos do Tratado de Tordesilhas.

Em função de Tordesilhas e da fundação da Colônia do Sacramento, diversos tratados posteriores procuraram conciliar os interesses dos dois reinos ibéricos nesta região meridional da América.

Sucederam-se assim o de Lisboa (1681), o de Utrecht (1713/15), o de Madri (1750), o de El Pardo (1761), o de Paris (1763), o de Santo Ildefonso (1777) e o de Badajoz (1801).

O Tratado de Madri, o mais importante de todos estes, acarretou a entrega do território e das estâncias e povoações jesuíticas no RS para Portugal em troca da Colônia do Sacramento.

O Tratado de Madri gerou uma demanda de demarcação de fronteiras e o conseqüente afastamento dos indígenas e jesuítas das regiões antes por eles ocupadas.

Em função disto, a região do Batovi ficou despovoada e esquecida por muitos anos, pelo menos desde 1754 até o Tratado de Santo Ildefonso em 1777.

Neste trabalho, nos interessa mais de perto exatamente o Tratado de Santo Ildefonso, celebrado após a guerra entre Portugal e Espanha e a expulsão dos espanhóis de parte do território gaúcho após 13 anos de ocupação (1764/1777).

Esta guerra é chamada de Guerra da Restauração ou ainda de Guerra da Reconquista e ela foi encerrada através do Tratado de Santo Ildefonso.

## O Tratado de Santo Ildefonso

Em 1º de outubro de 1777, os diplomatas portugueses e espanhóis assinaram, na localidade de Santo Ildefonso, Segóvia, Espanha, o tratado que levou esse nome.

Entre outros dispositivos e definições, inclusive relativas a outras regiões da Colônia Brasileira (que não interessam para este ensaio), o tratado estabeleceu que o Império Português deveria entregar para a Espanha o território das atuais Missões (região a noroeste do RS), e também a Colônia do Sacramento, a qual, em troca, reconheceria a soberania portuguesa sobre, principalmente:

- a margem esquerda do rio da Prata; e receberia
- a devolução da ilha de Santa Catarina, ocupada poucos meses antes.

Os trabalhos de fixação da linha do tratado estabeleciam o seguinte:

-----  
TRATADO PRELIMINAR DE LIMITES - Sto. ILDEFONSO Dona Maria I (Portugal) / Carlos III (Espanha)  
- 1.Outubro.1777

### ART. IV

Para evitar outro motivo de discórdias entre as duas Monarquias, qual tem sido à entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de S. Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o rio Jacuí, cujas duas margens e navegação tem pretendido pertencer-lhes ambas a Corôas, convieram agora em que a dita **navegação e entrada fiquem privativamente para a de Portugal**, estendendo-se seu domínio pela margem meridional até o **arroio Taim**, seguindo pelas margens da **Lagoa da Mangueira em linha reta até o mar**; e pela parte do continente, irá a linha desde as margens dita Lagoa de Merim, tomando a

<sup>2</sup> Conforme SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e. São Gabriel na História. São Gabriel: Prefeitura Municipal/Editora e Gráfica Cital, Porto Alegre, 1963, pág. 42.

direção pelo **primeiro arroio meridional, que entra no sangradouro** ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao forte português de S. Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito arroio, continuará o domínio de Portugal **pelas cabeceiras dos rios**, que correm até o mencionado **Rio Grande e o Jacuí**, até que passando por cima das do rio **Ararica e Coiacuí**, que ficarão da parte de Portugal e as dos rios **Piratini e Abimini**, que ficarão da parte da Espanha, se tirará uma linha, que cubra os estabelecimentos portugueses até o desembocadouro do rio Peperiguassú no Uruguai; e assim mesmo salve e cubra os estabelecimentos e missões espanholas do próprio Uruguai, que hão de ficar no atual estado em que pertencem à Corôa de Espanha; . . .

#### ART. V

Conforme ao estipulado nos artigos antecedentes, ficarão reservadas entre os domínios de uma e outra Corôa as Lagoas de Merim e da Mangueira, e as línguas de terra que medeiam entre elas e a costa do mar, sem que nenhuma das duas nações as ocupe, servindo só de separação; de sorte que nem os portugueses passem o arroio de Taim, linha reta ao mar até a parte meridional, nem os espanhóis os arroios de Chuí e de S. Miguel até a parte setentrional: . . .

#### ART. VI

A semelhança do estabelecido no artigo antecedente, ficará também reservado no restante da linha divisória, tanto até a entrada no Uruguai do rio Peperiguassú, quanto no progresso que se especificará nos seguintes artigos, em espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura a das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se povoações, por nenhuma das duas Partes, nem construir fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que os tais espaços sejam neutros<sup>3</sup>, pondo-se marcos e sinais seguros, que façam constar aos vassallos de cada nação o sítio, de que não deverão passar . . .

---

O comissário-demarcador da Espanha junto à divisão do sul foi Don Felix Francisco Jose Pedro de Azara y Perera. Foi dele a iniciativa de fundar, junto ao Cerro do Batovi, em 1801, o povoado de São Gabriel<sup>4</sup>. Conforme Guilhermino César (1970, p. 210)

Vieram habitá-lo famílias de espanhóis recém-chegados que se destinavam originariamente à Patagônia. Três meses depois de se estabelecerem no Batovi, foram, entretanto, dispersados pelos nossos, durante as correrias de que resultou a queda das Missões Orientais em poder dos rio-grandenses.<sup>5</sup>

A proposta do tratado foi o de demarcar uma linha divisória a ser marcada através de acidentes geográficos.

Para isso, foi estabelecida a formação de oito grupos de técnicos, sendo quatro de cada um dos reinos, português e espanhol, da seguinte forma: dois comissários, dois geógrafos e dois práticos (de cada parte), com as equipes necessárias para os serviços de apoio à demarcação dos limites no terreno.

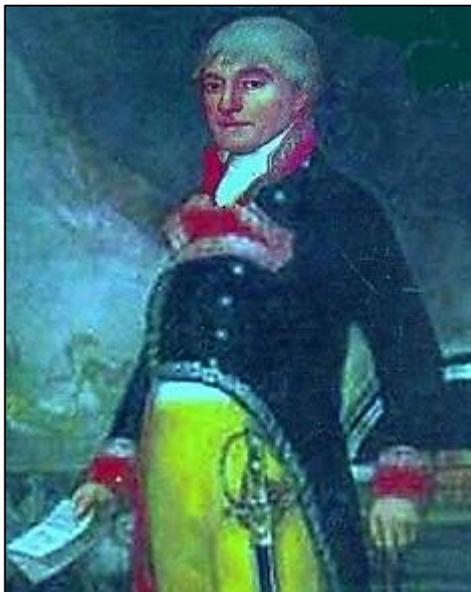
O grupo que nos interessa, para o RS, é o primeiro, chamado de Primeira Divisão. Os demais grupos, ou divisões, se encarregariam das regiões ao centro e norte da então colônia brasileira.

---

<sup>3</sup> Trata-se dos chamados Campos Neutrais. Don Felix de Azara foi contra o estabelecimento dessa área neutra e disse que "de nada servia" (César, 1970, p. 201).

<sup>4</sup> O nome foi em homenagem ao então Vice-rei do Prata Don Gabriel de Avilés Itúrbide y del Fierro.

<sup>5</sup> Conforme Guilhermino César (1970, p. 210): A atual Cidade de São Gabriel acha-se em outro sítio que não o primitivamente ocupado pela povoação espanhola de igual nome, "sobre uma eminência e próximo ao Rio Vacacaí, aos 30° 21' 5" de Latitude Sul e 11° 23' 56" de Longitude Oeste", segundo Otávio Augusto de Faria, *Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*, págs. 364-365. Azara fundou o povoado espanhol, conforme esclarece em ofício ao Vice-Rei, "sobre una mediana loma ai Norte y cerca dei Rio Yaguari en treinta grados treinta e seis minutos veinte y dos segundos de Latitud ó altura de Polo Austral, variando Ia Aguja onze grados treinta y cinco minutos ai Nordeste". Cf. documento in *Archivo Artigas*, II, pág. 168.



Ao lado, Don Felix de Azara (Fonte: [historiadesaogabriel.blogspot.com.br](http://historiadesaogabriel.blogspot.com.br))

### As demarcações da linha do Tratado

No RS, a linha geral do tratado foi a constante da Figura 1. No que concerne à região do Cerro do Batovi, tema central deste trabalho, as imagens serão apresentadas oportunamente.

O período que se seguiu ao Tratado de Santo Ildefonso foi de paz e favoreceu o desenvolvimento econômico da Capitania do RS, tendo também estabilizado a população, que deixou o nomadismo e se tornou sedentária.

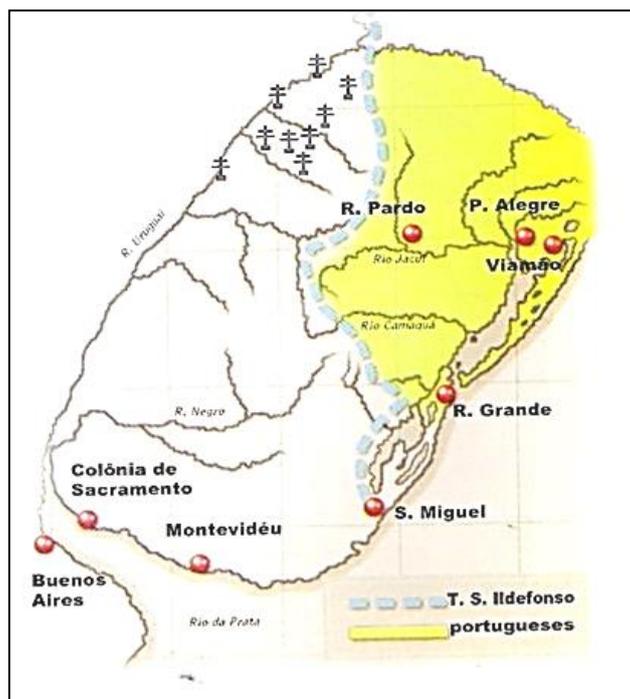
Como exemplo surgiu, entre outras atividades, a do charque. A primeira grande charqueada foi fundada às margens do arroio Pelotas, e que deu nome à atual cidade.

É interessante observar que a linha demarcatória avança para oeste no centro do RS, exatamente para buscar as nascentes do rio Jacuí, conforme previa o texto do tratado.

Quando as equipes de demarcação chegaram à região do Batovi, ainda no final da década de 1770, nada encontraram senão os resquícios do antigo posto da estância jesuítica.

Don Felix de Azara declarou que os trabalhos de demarcação foram cercados de “dificuldades que embaraçaram o prosseguimento dos mesmos” (César, 1970, p. 204).

Como a linha de demarcação foi apoiada e balizada por acidentes naturais, por orientação das respectivas coroas, foi natural também que a referida linha passasse nas proximidades do cerro cuja altitude se sobressai na área, ou até mesmo por sobre o mesmo, que foi o que aconteceu.



**Figura 1 - Linha do Tratado de Santo Ildefonso (em azul tracejado) (fonte: [www.slideplayer.com.br](http://www.slideplayer.com.br))**

A linha, portanto, por puro acerto entre os técnicos, deixou metade da elevação a oeste, de posse dos espanhóis, e a outra metade, a leste, de posse portuguesa.

Mais do que utilizar a linha seca para a fixação da linha demarcatória, os delegados ibéricos dividiram entre si a dominância da elevação, não permitindo, um ao outro lado, o domínio completo do importante acidente capital, inegavelmente de alto valor militar.



**Figura 2 - O cerro do Batovi, com 274 m de altitude.**  
(Fonte: <http://historiadesaogabriel.blogspot.com.br/>)

Conforme a obra História de São Gabriel<sup>6</sup>, do historiador gabrielense Osório Santana Figueiredo, já falecido, o esboço da linha de demarcação, a seguir, mostra que é possível, à simples vista, comparar as duas linhas, a do Tratado de Madri e a do Tratado de Santo Ildefonso (Figura 3).

Aparentemente, a simples observação da curva à oeste, da linha do tratado, além de indicar a busca das nascentes do rio Vacacaí, indica também que houve exatamente a intenção de passá-la por sobre o cerro.

O acidente topográfico possui 274 m de altitude<sup>7</sup>, e se destaca na paisagem plana da campanha gaúcha. Observa-se também que existem duas colinas, uma a oeste e outra a leste, que formam o conjunto do cerro. Existe uma ravina entre as duas colinas.

É inegável que cada uma das partes se preocupou em não permitir à outra o domínio completo do acidente topográfico, em face do seu valor militar, não só para ocupação e posicionamento de tropas mas também como posto de observação.

Importante também é entender que ambas as partes levantaram vias de acesso para operações militares, se fosse o caso.

Assim, como a região do Batovi se situa em uma posição que permite acesso às regiões centrais do território do RS, demandando Santa Maria e permitindo também acesso à Rio Pardo que era, na época, a principal cidade do interior, seu valor militar passou a ser fundamental.

### **Os caminhos históricos de invasão**

O Tenente-Coronel Antônio de Souza Júnior, em sua obra clássica “Caminhos Históricos de Invasão nas Campanhas Militares do Sul”, edição de 1950 da Biblioteca do Exército e da Livraria Freitas Bastos, no subtítulo “Caminhos de Invasão” (página 29), estabeleceu quatro vias de acesso para um exército invasor progredir das margens do Rio da Prata, atravessar o atual Uruguai e chegar ao interior da Capitania do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, principalmente Rio Pardo.

O quarto “caminho” (via de acesso) levantado pelo ilustre historiador é pelo “dorso da Coxilha Grande” – região da atual Bagé – região do futuro Forte de Santa Tecla, ao norte de Bagé – Rio Pardo.

Ora, os conquistadores e militares levantam sempre vias alternativas, observando suas doutrinas de deslocamento e emprego de forças militares.

E aí então nos parece óbvio que a via de acesso à oeste da acima citada é exatamente aquela que, penetrando pela região da atual Santana do Livramento, demanda São Gabriel passando pela região do Batovi.

E é neste contexto que se sobressai a importância, como acidente capital, do Cerro do Batovi.

E, portanto, da região de Batovi/São Gabriel, seria possível abrir acesso a outras regiões da capitania, por lógico.

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Osório Santana. História de São Gabriel. São Gabriel: sem informação de Editora, 1993, p. 57.

<sup>7</sup> O Diccionario Guaraní-Español, de A. Jover Peralta e T. Osuna, Bs. Aires, Editorial Tupã, 1950, em sua Toponímia Guaraní, página 493, diz : “BATOVÍ. Cosa cenicienta (cinzenta) o pardusca (acastanhado). De Mba’é, cosa, y chovi, toví, montón, cúmulo: cosa amontonada”. Nota do autor: a versão que significaria “seios de virgem” não procede.

O croquis a seguir, na próxima página (Figura 3), é um trabalho do historiador Osório Santana Figueiredo e está na página 57 do livro: FIGUEIREDO, Osório Santana. História de São Gabriel. São Gabriel: (sem indicação de editora), 1993.

O croquis discrimina as linhas dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Mostra também a localização da Estância do Batovi, que ficava no sopé do cerro.

Mostra a localização da primeira São Gabriel, a de Dom Felix de Azara (1800), a localização de São Gabriel atual, os rios Santa Maria, Jaguari e Vacacaí, o trajeto de Dom Antônio Gomes Freire de Andrada e Castro<sup>8</sup> e outras informações.

É importante observar que a linha de Santo Ildefonso foi traçada bem mais a leste do que a linha do Tratado de Madri, o que favoreceu a Espanha e prejudicou Portugal.

Por outro lado, o traçado da linha de Santo Ildefonso parece procurar acompanhar a curva do rio Vacacaí, e neste particular, passando bem ao meio do Cerro do Batovi, aproveitando a ravina que existe entre as duas partes da elevação.

O Tratado de Santo Ildefonso vigorou até 1801 quando, por força da guerra peninsular entre portugueses e espanhóis, os luso-riograndenses invadiram toda a região a oeste da linha do Tratado e não a devolveram mais, sendo incorporado esse território à coroa portuguesa.

O Tratado de Badajoz, de 1801, não estabeleceu o retorno da situação anterior, motivo pelo qual o que foi conquistado assim permaneceu, conferindo ao RS a formatação territorial que possui até hoje.

Tratados posteriores, inclusive já com a situação de independência da Banda Oriental com o nome de República Oriental do Uruguai pelo Tratado de Petrópolis em 1828, não contemplaram a devolução do território conquistado em 1801.

Assim, as fronteiras do Rio Grande do Sul com o Uruguai ficaram materializadas pelos rios Quaraí (a noroeste) e Jaguarão (a sudeste) e, entre as duas nascentes, uma fronteira seca que abrange territórios

fronteiriços pertencentes aos municípios de Sant'Ana do Livramento e Dom Pedrito.

Subsistem somente duas pequenas áreas, a Ilha Brasileira e o Rincão de Artigas, ainda reclamadas pelo Uruguai, mas são questões que não foram submetidas a litígio internacional.

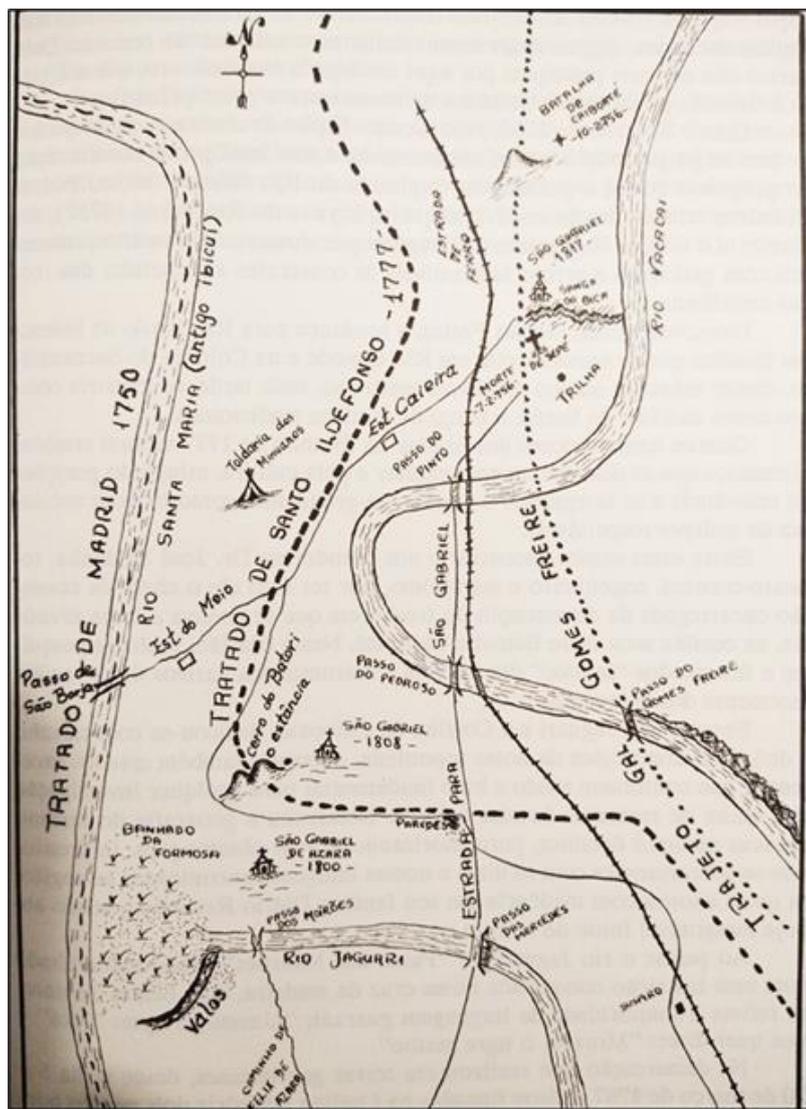
Abaixo (página seguinte), está o croquis da página 57 da obra do historiador Osório Santana Figueiredo, já citada.

É importante verificar as linhas do Tratado de Madri (1750, pontilhada) e a do Tratado de Santo Ildefonso (1777, tracejada) para confirmar que a primeira Vila de São Gabriel do Batovi e também o próprio Cerro, ficavam situadas entre as duas linhas.

### A presença da Espanha na região do Batovi

Conforme Osório Santana Figueiredo, nos último dois decênios do século XVIII, ou seja, a partir de 1780, aproximadamente, a região “já estava distribuída a sesmeiros luso-brasileiros” (Figueiredo, 1993, p. 64), medida empregada por Portugal para ocupar e alargar seus domínios sulinos.

Uma das atividades que estava fugindo ao controle das autoridades portuguesas



<sup>8</sup> Visconde de Bobadela, Governador geral do Rio de Janeiro, ao qual o RS estava subordinado. Fundador de Rio Pardo, foi ele o encarregado das demarcações do Tratado de Madri. Faleceu no Rio de Janeiro em 01 de janeiro de 1763.

era o contrabando de produtos animais, quais fossem, tropas de gado em pé, cavalos, mulas, couros, sebos, etc., além de diversos outros produtos como fumo em rolo, cachaça, escravos, etc.

Neste mesmo contexto, foram localizados na área do Batovi os indígenas Minuanos. O estudioso português Dr. José Saldanha<sup>9</sup> teve contato com cinco caciques da tribo supra mencionada em 13 de março de 1787. Estas tribos indígenas permaneceram na região após a formalização do Tratado de Santo Ildefonso (Figueiredo, 1977, p. 16).

Em 1792, foram criadas as Guardas de Santa Tecla e a do Batovi, esta com a “finalidade de impedir que os portugueses se infiltrassem pelas fronteiras e continuassem o contrabando” (Figueiredo, 1993, p. 64).

As medidas não surtiram efeito e assim, a coroa espanhola determinou ao Vice-rei do Rio da Prata Dom Gabriel de Avilez y del Fierro, que convocasse o espanhol Chefe da Comissão de Demarcação de Limites – Don Felix Francisco José Pedro de Azara y Perera para assessorar o governo espanhol na solução da questão.

Durante a década de 1790, Don Felix de Azara percorreu o interior do RS a oeste da fronteira e concluiu que a solução seria a fundação de núcleos de povoamento ao longo da linha de Santo Ildefonso.

E assim, em 18 de março de 1800, o Vice-rei do Prata criava a Vila do Batovi, do lado oeste da fronteira e alguns quilômetros ao sul do Cerro.

A denominação oficial foi de São Gabriel do Batovi, em homenagem ao vice-rei do Rio da Prata, Dom Gabriel de Avilez<sup>10</sup>. No mesmo ato oficial, Dom Felix de Azara foi nomeado Comandante Geral da Fronteira. Um dos seus ajudantes foi Dom José Gervásio Artigas, ao qual a História do Uruguai lhe faz justiça como paladino da independência.

Azara chegou ao Batovi em 27 de outubro de 1800 iniciando, desde logo, os trabalhos para instalação do povoado.

Teria vida efêmera a primeira povoação. Em 30 de abril de 1801 Dom Gabriel Avilez y del Fierro foi substituído em Buenos Aires, tomando posse o Marechal de Campo Joaquín del Pino.

Del Pino, desde cedo, mostrou-se contrário aos planos de Azara, julgando que a fronteira deveria ser despovoada. E a 9 de maio, cumprindo determinações superiores, Azara encerrou sua missão no Batovi e regressou a Madri.

A vila permaneceu por algum tempo, mas não resistiu ao abandono, principalmente pela retirada de sua guarnição militar, então composta de quase uma centena de “soldados veteranos e mais 50 civis” (Figueiredo, 1993, p. 74).

Ao longo da fronteira, a situação de confronto entre portugueses (já agora luso-brasileiros-gaúchos) e espanhóis era flagrante, situação que se confirmou face à situação bélica na Península Ibérica e que se confirmou em guerra, como já citado anteriormente.

Este processo é assim descrito por Osório Santana Figueiredo:

Ante o agravamento da situação fronteiriça, resolveu o Vice-Rei do Rio da Prata expedir ordens aos comandantes das suas guardas, para que, em caso de agressão, abandonassem os postos e se retirassem com seus efetivos para o quartel general de Cerro Largo. A Guarnição de São Gabriel do Batovi compunha-se de 77 soldados veteranos e mais de cinquenta civis, entre gaúchos e vizinhos das redondezas. Estavam quase todos armados com armas de fogo e possuíam munição suficiente para defender a povoação de um ataque inimigo. Bem próximo do Batovi, na guarda portuguesa de São Francisco (atual Posto São Marcos, ao lado da extinta estação ferroviária de Lindolpho Waick), começou a concentração de tropas, de onde vigiavam constantemente as guardas espanholas, por meio de espíões dissimulados em contrabandistas. Aguardava-se a hora propícia. Esta chegou no tempo oportuno com a declaração de guerra a Portugal, pela França e Espanha, em princípio do ano de 1801. Embora a guerra fosse declarada na Europa a 27 de fevereiro, só em junho foi conhecida no Rio Grande. Como o estopim estivesse preparado, bastou um motivo distante para que se incendiasse e alastrasse a explosão da fronteira. O governador da Capitania do Rio Grande, General Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, conhecendo a ambição dos fronteiriços, que satisfaziam os interesses políticos e econômicos da coroa de Portugal, adotou medidas imediatas, mobilizando corpos entre os nativos e ordenando a tropa de linha que atacasse os postos de guardas espanholas e os destruíssem, para evitar que os castelhanos voltassem para reocupá-los. O Tenente-Coronel Patrício José Corrêa da Câmara, primeiro Visconde de Pelotas, comandante dos Dragões do Rio Pardo, dirigiu-se à Vila do Batovi com o fim de conquistá-la e

<sup>9</sup> Saldanha era Tenente-Coronel, engenheiro e astrônomo. Foi Chefe da Comissão encarregada da demarcação do trecho em que se situava a linha divisória, ou seja, na coxilha seca entre Batovi e Caiboaté (Figueiredo, 1977, p. 29).

<sup>10</sup> Dom Felix de Azara teve a intenção de proceder à invocação de São Gabriel Arcanjo como protetor da nascente povoação. São Gabriel Arcanjo foi o escolhido por Deus para acompanhar todo o advento da salvação, desde a revelação das profecias à anunciação da chegada do Messias, acompanhando-o durante toda a sua vida terrena, Paixão e Ressurreição (<https://www.nossasagrafamilia.com.br/conteudo/historia-de-sao-gabriel-arcanjo.html>).

destruí-la, conforme ordens recebidas. Na guarda de São Francisco, vários piquetes de gaúchos estavam à sua espera; entre eles, o comandado pelo famoso Luiz Borracho, que já havia se celebrado por suas façanhas e brigas com os blandengues de Artigas. Em julho começaram a aparecer, nas coxilhas diante da Vila de São Gabriel, alguns piquetes inimigos, realizando observação e provocando atos de intimidação. A 24 desse mês o Tenente Gomes, tendo notícias de que a povoação seria atacada, convocou os moradores e ordenou a imediata evacuação da mesma. A 28, teve início a retirada dos habitantes, que se fazia em carretas, através do Jaguari, no "Passo dos Moirões". Aí pernoitaram. A 29, às cinco horas da madrugada, ante a aproximação das tropas atacantes, Félix Gomes resolveu abandonar a vila, deixando o sargento de infantaria Roque Hernandez, o anspeçada Leon Senjinez e dois soldados, para entregar o povoado e as chaves das casas. Cumprida a missão e feita a despedida convencional, estes abandonaram o local e foram se juntar à sua tropa, já distante, em retirada. A ocupação de São Gabriel do Batovi foi feita pela Companhia do Capitão Joaquim Severo Fialho de Mendonça. Estava presente também o Capitão Antônio Adolfo Xarão, com uma força auxiliar de trinta homens. Cumprindo ordens do governador da Capitania do Rio Grande, o Coronel Patrício Corrêa da Câmara mandou incendiar a vila, destruindo a povoação. Depois da Vila de São Gabriel ser reduzida a cinzas, seguiu-se algumas escaramuças sem maior importância para expansão da nossa fronteira, que dessa vez foi empurrada para além de cinco mil léguas de campo, incluindo a região do chamado "Entre Rios", compreendendo os municípios enquadrados pelos rios Santa Maria, Ibicuí, Uruguai e Quaraí. O recuo dos espanhóis e a dilatação da fronteira, levada a efeito nessa ocasião pelos luso-rio-grandenses, tornou-se definitiva, pois o tratado assinado em Badajós, a 6 de junho de 1801, emudeceu a respeito. Daí por diante as reclamações espanholas não tiveram o vigor suficiente para recuperar a antiga risca divisória (Figueiredo, 1993, p. 74/75).

### **O fim da primeira Vila de São Gabriel do Batovi**

A partir de junho de 1801, os portugueses começaram a ocupar a região toda. Ficou encarregado de conquistar e destruir a Vila de Batovi, a partir da Guarda portuguesa de São Francisco, o Tenente-Coronel Patrício José Correia da Câmara, depois 1º Visconde de Pelotas.

Em 29 de julho, os espanhóis abandonaram a vila, deixando um graduado e três soldados para entregarem formalmente a vila para os portugueses.

Neste contexto, não houve nenhuma batalha ou combate, ou mesmo recontro de forças militares na região do Batovi. As duas principais obras que se reportariam a um possível confronto bélico nada registram sobre isso. São o livro Efemérides Brasileiras, do Barão do Rio Branco (Brasília: Senado Federal, 1999); e a obra do historiador paulista Hernani Donato - Dicionário das Batalhas Brasileiras (São Paulo: IBRASA, 1996).

A vila foi ocupada pela Companhia do Capitão Joaquim Severo Fialho de Mendonça, contando com o apoio do Capitão Antonio Adolfo Xarão e sua tropa de 30 homens. Em seguida, cumprindo ordens do governo, o Ten Cel Patrício mandou incendiar a mesma. Foi o fim da vila espanhola.

Antes de ser consumida pelas chamas

o Capitão Xarão retirou da Capela a imagem do Arcanjo Gabriel, acomodando-a em rico nicho, e a conduziu em uma carreta para sua estância de São Rafael, no atual município de São Sepé (Figueiredo, 1977, p. 42)<sup>11</sup>.

### **A segunda povoação do Batovi**

Dispersados os remanescentes da primeira vila, estancieiros portugueses, principalmente José dos Santos Menezes (Juca dos Santos) houveram por bem reunir essas pessoas e lhes proporcionar uma nova oportunidade através da distribuição de lotes de terra.

Formou-se então um novo povoado distante seis Km do primeiro, a nordeste do Cerro do Batovi. Foi mantido o nome de São Gabriel. Este povoado experimentou um grande desenvolvimento.

Ou seja, o Cerro sempre exerceu uma atração para as populações antes espanholas e agora portuguesas.

<sup>11</sup> Sobre este episódio, a Prefeitura de São Gabriel registra o seguinte em seu site <https://www.saogabriel.rs.gov.br/Portal/conheca/patrimonioCultural.html>: "A imagem do Arcanjo Gabriel se encontra acima da escadaria no prédio da Prefeitura Municipal. Em junho de 1801, quando chegou ao Rio Grande a declaração de guerra entre Espanha e Portugal, as tropas portuguesas mobilizaram-se para destruir os postos de guarda espanhóis visando ampliar os domínios portugueses. No dia 29 de julho a vila de São Gabriel do Batovi foi ocupada e incendiada. Somente a imagem do Arcanjo São Gabriel, esculpida em Buenos Aires por ordem do Vice-Rei do Rio da Prata, Dom Gabriel Del Avilés e de Fierro, escapou da destruição, sendo retirada do interior da capela pelo capitão Xarão.

Do alto do Cerro é possível avistar os atuais municípios de Lavras do Sul, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Rosário do Sul e São Sepé (Figueiredo, 1977, p. 45).

Para comprovar o valor militar da elevação, Osório Santana Figueiredo registra que

No dia 8 de fevereiro de 1827, o exército argentino, ao comando do general Carlos Alvear, que há pouco invadira o Brasil, transpõe o rio Jaguari, no passo das Mercedes e vem acampar nas fraldas do cerro do Batovi. Na manhã do dia 9, o coronel Frederico Brandsen, maravilhado pela exuberância panorâmica que dali se descortina, e embebido pela fragrância campestre, escreveu em seu diário de viagem: “Todo o país é magnífico; o mato exala perfume”. Durante o decênio Farroupilha [...] o Batovi celebrou-se por ter se tornado palco sangrento de vários encontros entre legalistas e revolucionários (Idem).

## Conclusões

As duas primeiras vilas do Batovi, principalmente a segunda, foram as sementes da atual cidade de São Gabriel.

Em 1817, o Coronel João de Deus Menna Barreto mandou trasladar o então povoado para as margens do rio Vacacaí. A primeira edificação foi a igreja, erguida na condição de Capela Curada de São Gabriel.

E o Cerro do Batovi permanece como um símbolo e como uma testemunha de todo o processo histórico da ocupação, povoação e desenvolvimento de toda a região.

É desconhecido o local da primitiva imagem de madeira esculpida de São Gabriel Arcanjo, se é que ela ainda existe.

Parafrazeando napoleão diante das pirâmides do Egito pode-se dizer o seguinte: “Gabrielenses, do alto do Cerro do Batovi trezentos anos vos contemplam”.

## Bibliografia:

- CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul – Período Colonial. Porto Alegre: Globo, 1970.  
FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul – 1503-1960. Porto Alegre: Globo, 1960.  
FIGUEIREDO, Osório Santana. História de São Gabriel. São Gabriel: (sem indicação de editora), 1993.  
\_\_\_\_\_. São Gabriel desde o princípio. São Gabriel: s/ed., 1977.  
\_\_\_\_\_. Carreteadas Heróicas. São Gabriel: s/ed., 2000, 2ª ed.  
\_\_\_\_\_. Maneco Pereira. Santa Maria: Pallotti, 1996.  
\_\_\_\_\_. Marechal João Propício Menna Barreto – Barão de São Gabriel. Santa Maria: Pallotti, 2008.  
\_\_\_\_\_. Tempos Bárbaros. São Gabriel: s/ed., 2004.  
SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e. São Gabriel na História. São Gabriel: Prefeitura Municipal/Editora e Gráfica Cital, Porto Alegre, 1963, pág. 42.  
SOUZA JÚNIOR, Antônio de, Tenente-Coronel. Caminhos Históricos de Invasão nas Campanhas Militares do Sul. Rio de Janeiro: BIBLIEx/Freitas Bastos, 1950.



## *Uma leitura do Batismo de Fogo de Manoel Luis Osorio*

Cel Cav EM Marcos Paz do Nascimento

A partir de um fragmento histórico, recuperado de memória de leituras antigas, buscar-se-á iluminar a estrutura lógica(\*) de um evento bélico. Tal estrutura, exatamente por estrutura, tem potência de futuro, ou seja, pode auxiliar a modelá-lo (jamais a defini-lo, pois o futuro é por definição contingente, isto é, pode ser ou não ser). A par disto, será iluminada uma característica de personalidade da pessoa central no evento, Manoel Luis Osorio, a qual, enquanto constante antropológica de valor na guerra, é valioso meio auxiliar de instrução para o desenvolvimento da liderança em combate.

(\*) A expressão ‘estrutura lógica’ poderia, aqui, ser substituída por ‘dinâmica’, já que busca explicitar um certo tipo de ordem que subjaz ao evento. Optei por ‘estrutura lógica’ exatamente por querer ressaltar o aspecto imaterial.

O evento histórico é o batismo de fogo de Manoel Luis Osorio.

1822, mais ou menos (dois p'ra lá, dois p'ra cá, não muda nada). Território da, depois, República Oriental do Uruguai. Dois exércitos defrontam-se de surpresa. Um, embrião do Exército Imperial, tem um só homem naquele campo de batalha - Manuel Luis Osorio, o outro, a que chamaremos de Exército Inimigo (o inimigo) tem o dobro de poder de combate, dois homens.

O que faz o Exército Imperial? Retira-se celeremente do campo de batalha, ou, para falar português claro, foge! (que não se suste a leitura pela palavra feia). O que faz o inimigo? Ora, o mesmo que fariam Napoleão, Clausewitz e mestres tantos, entra em feroz perseguição. Afinal, a diferença de poder de combate é avassaladora e inimigo acovardado é inimigo semi-derrotado.

Ocorre que o Exército Imperial era Osorio (isto o inimigo não sabia). Depois de entrar em desabalado galope, fuga escrachada, Osorio, repentinamente, volta-se e dá combate. Um dos inimigos ele mata ali, o outro está fugindo até hoje. Estrutura do evento bélico:

- Dois exércitos defrontam-se de surpresa.
- Um tem o dobro do poder de combate do outro.
- O exército mais fraco retira-se do campo de batalha com extrema rapidez.
- O exército mais forte entra imediatamente em perseguição.
- Além da superioridade física, o exército mais forte tem (pretensamente) superioridade moral.
- O exército mais fraco percebe sinais de desestruturação na articulação do exército mais forte.
- O exército mais fraco obtém surpresa ao dar combate.
- O exército mais forte, agora o único surpreendido, é forçado ao combate em más condições.
- A fração do exército mais forte que se engajou em combate é derrotada.
- Agora não há mais superioridade física no campo de batalha e a superioridade moral está claramente a favor do ex-exército mais fraco.
- O ex-exército mais forte retira-se celeremente do campo de batalha e não é perseguido.

Agora a análise.

A chave explicativa é o verbo fugir. Foi porque Osorio fugiu que o Exército Inimigo se desarticulou. Tivesse Osorio se afastado do campo de batalha, batido em retirada, retrogrado ou coisa que o valha, teria sido perseguido por um exército que manteria sua integridade estrutural.

Em qualquer momento no qual Osorio decidisse dar combate ter-se-ia defrontado com a mesma desvantagem inicial, o inimigo continuaria tendo o dobro de poder de combate.

Foi a “fuga” de Osorio que induziu o Exército Inimigo à desarticulação. Assim, quando deu combate, Osorio defrontou-se com um inimigo que já não lhe era superior, além de contar agora com extraordinária vantagem moral. Na realidade, o que Osorio fez foi uma emboscada. Penso que, agora, posso ser inocentado da acusação de ter dito ‘Osorio fugiu’.

Para completar, abordo dois outros aspectos do evento. Primeiro o mais simples. Por que Osorio, após matar o primeiro inimigo, não perseguiu o outro? Talvez por questões puramente fáticas (exaustão dele próprio ou da montaria, etc...), talvez por recear que ele o conduzisse ao próprio Exército Inimigo, quando estaria novamente em desvantagem. Sobre isto só podemos conjecturar. Segundo o mais complexo.

O Exército Inimigo agiu corretamente ao defrontar-se, no início da ação, com Osorio? Pensamos que sim. Afinal, um exército que ao defrontar-se, repentinamente, com um inimigo claramente mais fraco não age para destruí-lo não vencerá a guerra jamais. Qual o erro, então, do inimigo? Na continuação da ação, a tropa desarticulou-se.

Evidente que quanto maior o conjunto, mais difícil isto é, mas guardadas as proporções pode evidentemente ocorrer. Por justiça, penso dever-se dizer que, muito mais do que erro, o que prejudicou o inimigo (cuja bravura não questiono) foi o azar. Afinal, não precisavam ter encontrado logo Manoel Luis.

Qual a explicação para a ação de Osorio? Isto interessa porque aqui poderemos observar constantes antropológicas (atitudes de valor militar) que convém identificar e, se possível, fomentar. Quanto a isto, apresentarei as três hipóteses que me ocorrem, comentando-as.

Osorio entrou em pânico? Penso que não, afinal se isto tivesse ocorrido ele simplesmente teria continuado galopando em fuga e, qualquer que fosse o resultado do encontro entre os dois exércitos, isto não teria virado fato histórico.

Osorio efetuou um cálculo napoleônico e conscientemente arquitetou tudo? Penso que não, afinal ele era muito jovem e este é considerado seu batismo de fogo.

Osorio tinha instinto de guerreiro (aquele que luta sozinho)? Penso que sim. Osorio agiu por instinto, e o conluio tanto por já ter abandonado as outras hipóteses, quanto por aceitar a existência de talentos naturais (para fazer esporte, para fazer música, para fazer política, para fazer guerra, para ...). Não recorro aqui ao (então) futuro de Manoel Luís, mas vendo em perspectiva ele reforça esta hipótese.

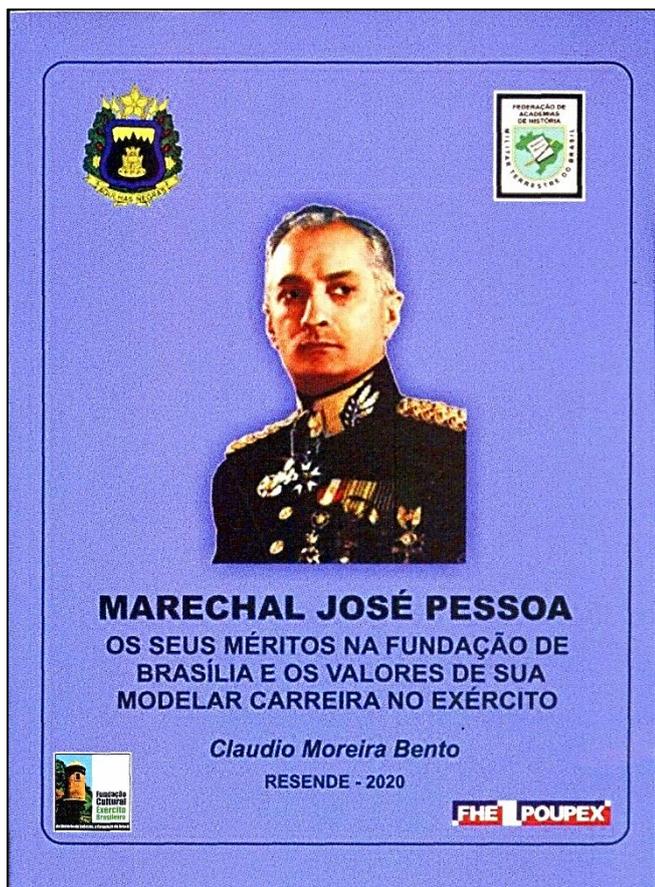
Parece-me que este evento bélico, abordado sem sentido panegírico, pode servir para ensinar, e assim fomentar mesmo nos que não nasceram tão bem-dotados de talento, uma virtude bélica central: a capacidade para desestruturar (não apenas física, mas também mentalmente) o inimigo.

---

### **A revolta dos Cabanos no Pará - Cabanagem - 1833/36**

Luiz Ernani Caminha Giorgis

**D**om Pedro I abdicou em 07 Abr 1831, foi para Portugal e foi instalada a Regência para governar o Brasil. No PA, a pobreza, fome e doenças grassavam na população juntamente com o isolamento da província e a indiferença do governo central, tudo agravado na Regência. A revolta foi popular e social. O nome se originou das camadas mais pobres, as ribeirinhas, que moravam em cabanas. Em 1833, o cônego João Batista Gonçalves Campos, simpático aos cabanos, assumiu o controle do governo do Rio Negro, comarca do PA. A Regência nomeou Bernardo Lobo de Sousa para a província. O cônego fez forte oposição pela imprensa, o que originou uma ordem de prisão. O mesmo se refugiou na propriedade de Felix Malcher, onde conheceu Eduardo Angelim, João Miguel Aranha e os irmãos Francisco, Manuel e Antônio Vinagre, que se tornaram revolucionários cabanos. Em 07 Jan 1835, os cabanos investiram e tomaram Belém, dominando as tropas do EB. Assassinararam o governador, o Cel Joaquim Santiago e o Cap James Inglis. Malcher passou a ser o governador. Em seguida, o grupo dos cabanos se dividiu em duas facções que passaram a lutar entre si. Malcher mandou prender Angelim e o jornalista Vicente Lavor. Mas Francisco Vinagre ocupou o Arsenal e conseguiu depor Malcher. Em Abr 1835, o governo nomeou o Marechal Manoel Jorge Rodrigues para governador. Vinagre aceitou e entregou o governo. Os cabanos radicais Angelim e os irmãos Vinagre fugiram, se reorganizaram, atacaram e reconquistaram Belém em 22 Ago. Angelim foi proclamado governador e proclamou a independência da província. Enquanto isso, o povo assistia tudo perplexo, até mesmo sem entender o que estava acontecendo. Em uma certa fase da revolta os cabanos paraenses foram apoiados pelos cabanos do Amapá que, por sua vez, estavam sendo insuflados pelos franceses da Guiana, que mantinham disputas territoriais com o Brasil. A unidade e a integridade do Império estavam comprometidas e ficaram em real perigo. A Regência nomeou então o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrea, futuro Barão de Caçapava, o qual reorganizou suas forças e passou a desenvolver operações conjuntas com o Exército e a Marinha, através das quais foi conquistando e ocupando posições cabanas. Em 13 Abr 1836 Belém já estava sob controle. Até outubro todos os cabanos foram presos. Todos estes óbices foram superados até 1840 pelo poder militar convocado para proteger a população, pacificar a província e reintegrá-la ao Império. Nesta altura, outras duas províncias já estavam rebeladas, há cinco anos – o RS, e há dois – a Balaiada, no MA (Fonte: BENTO, Claudio Moreira; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil – Lutas Internas. Resende/Barra Mansa: FAHIMTB/Drumond, 2016.



O Cel Bento ainda oferece o seu livro (capa ao lado) por 25 reais mais Correios (25 + 10).

Pedidos comigo pelo [lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com)

Banco do Brasil agência 7163-3,  
CC 106.713-3.

Deixo de informar o CPF por questões de segurança.  
Cel Caminha

**Aos integrantes da AHIMTB/RS lembro que estamos no mês da contribuição anual. Muitos ainda não contribuíram. Peço 150 reais para aqueles que puderem, para financiar o livro “O Exército Republicano” mais as despesas normais da Academia. Mas pode ser 100. Banco e conta acima informados.**

**Caminha**

Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS  
([lecaminha@gmail.com](mailto:lecaminha@gmail.com))

Sites: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

Site do NEE/CMS: [www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)

Site do Núcleo Militar de Gramado: [www.nuclev.com](http://www.nuclev.com)

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>.